



**COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E
MICROEMPREENDEDORES DO GRANDE ABC – SICOOB CREDIACISA
CNPJ: 07.946.216/0001-93**

BALANÇO PATRIMONIAL

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2009 e 31/12/2008
(EM REAIS)**

ATIVO	31.12.2009	31.12.2008
	R\$	R\$
Circulante	4.222.986	2.553.430
Disponibilidades	20.579	15.520
Relações Interfinanceiras – Central	1.729.602	1.670.202
Operações de Crédito	2.459.967	866.281
Empréstimos	2.476.930	876.681
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(16.963)	(10.400)
Outros Créditos	9.019	1.427
Rendas a Receber	919	369
Diversos	8.100	1.058
Outros Valores e Bens	3.819	0,00
Despesa Antecipadas	3.819	0,00
Não Circulante	447.570	75.537
Realizável a Longo Prazo		
Operações de Crédito	416.626	58.182
	416.626	58.182
INVESTIMENTO	21.608	8.627
Quotas CECRESP	21.608	8.627
IMOBILIZADO	7.578	6.545
Imobilizado de Uso	14.396	11.089
(-) Depreciação Acumulada	(6.818)	(4.544)
INTANGÍVEL	1.758	2.183
Programa de Computador – Software	4.060	3.728
(-) Amortização Acumulada	(2.302)	(1.545)
TOTAL DO ATIVO	4.670.556	2.628.967

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E
MICROEMPREENDEDORES DO GRANDE ABC – SICOOB CREDIACISA
CNPJ: 07.946.216/0001-93

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2009 e 31/12/2008
(EM REAIS)

PASSIVO	31.12.2009 R\$	31.12.2008 R\$
CIRCULANTE	3.631.882	2.050.019
Depósitos	3.542.326	2.012.439
Depósitos à vista	378.233	282.739
Depósitos a prazo	3.164.093	1.729.700
Outras Obrigações	89.556	37.580
Sociais e Estatutárias	40.699	14.296
Fiscais e Previdenciárias	14.571	4.897
Diversas	33.744	18.099
Cob. E Arrecadação de Tributos E Assemelhados	542	288
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.038.674	578.948
Capital Social	1.023.484	567.123
(-) Capital a Realizar	(188.615)	(138.267)
Reserva de Lucros	102.928	56.085
Sobras ou Perdas Acumuladas	100.877	94.007
TOTAL DO PASSIVO	4.670.556	2.628.967

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



**COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E
MICROEMPREENDEDORES DO GRANDE ABC – SICOOB CREDIACISA
CNPJ: 07.946.216/0001-93**

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO
Exercícios findos em 31/12/2009 E 31/12/2008
(Em R\$)**

	<u>31.12.2009</u>	<u>31.12.2008</u>
<u>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</u>	<u>795.398</u>	<u>432.948</u>
Operações de Créditos	551.546	225.484
Rendas de Prestação de Serviços	62.353	47.827
Outras receitas	181.499	159.637
<u>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</u>	<u>(222.854)</u>	<u>(135.339)</u>
Despesas de Captação	(222.303)	(135.339)
Despesas Operações de Empréstimo/Repasse	(551)	
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>572.544</u>	<u>297.609</u>
<u>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</u>	<u>(416.145)</u>	<u>(152.381)</u>
Despesas de Pessoal	(109.785)	
Despesas Administrativas	(197.689)	(98.569)
Despesas Tributárias	(38)	(21)
Juros Capital Próprio	(57.717)	(31.161)
Aprovisionamento e Ajustes Patrimoniais	(33.538)	(22.630)
Participação nos Resultados	(17.378)	
<u>RESULTADO OPERACIONAL</u>	<u>156.399</u>	<u>145.228</u>
<u>PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS</u>		
FATES (5%)	8.602	7.261
Fundo de Reserva	46.919	43.960
<u>SOBRAS LÍQUIDAS NO ANO</u>	<u>100.877</u>	<u>94.007</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E
MICROEMPREENDEDORES DO GRANDE ABC – SICOOB CREDIACISA
CNPJ: 07.946.216/0001-93**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31/12/2009
(Em R\$)**

	Capital Social R\$	Capital a Realizar R\$	Reserva Legal R\$	Sobras/Perdas Acumuladas R\$	Total do PS R\$
SALDO EM 31/12/2007	<u>340.585,46</u>	<u>(127.756,73)</u>	<u>12.125,59</u>	<u>21.523,91</u>	<u>246.478,23</u>
<u>Aumento de Capital</u>					
Novas Integralizações	205.013,44	(10.510,22)			194.503,22
Aumento de Capital Sobras 2007	21.523,91			(21.523,91)	
Sobras 1º Semestre 2008				72.556,80	72.556,80
Sobras 2º Semestre 2008				72.671,16	72.671,16
<u>Destinação:</u>					
Fates				(7.261,40)	(7.261,40)
Fundo de Reserva			43.959,63	(43.959,63)	
SALDO EM 31/12/2008	<u>567.122,81</u>	<u>(138.266,95)</u>	<u>56.085,22</u>	<u>94.006,93</u>	<u>578.948,01</u>
Novas Integralizações	362.353,77	(50.347,64)			312.006,13
Aumento de Capital Sobras 2008	94.006,93			(94.006,93)	
Sobras 1º Semestre 2009				91.139,41	91.139,41
Sobras 2º Semestre 2009				65.258,60	65.258,60
<u>Destinação:</u>					
Fates				(8.601,90)	(8.601,90)
Fundo de Reserva			46.919,40	(46.919,40)	
Outras Destinações			(76,80)		(76,80)
SALDO EM 31/12/2009	<u>1.023.483,51</u>	<u>(188.614,59)</u>	<u>102.927,82</u>	<u>100.876,71</u>	<u>1.038.673,45</u>

**COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E
 MICROEMPREENDEDORES DO GRANDE ABC – SICOOB CREDIACISA
 CNPJ: 07.946.216/0001-93**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC
 (Método Indireto)
 Exercício 2009
 (Em R\$)**

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2009	2008
SOBRAS (PERDAS) LÍQUIDAS NO ANO	173.775,56	145.227,96
AJUSTES AS SOBRAS /PERDAS LÍQUIDAS (Não Afetaram o Caixa)	(14.424,11)	2.898,11
Despesas de Depreciação e Amortização	2.953,44	2.865,96
(Lucro)/Prejuízo na Equivalência Patrimonial	0,00	32,15
Participação nos Resultados	(17.377,55)	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS: (Afetaram o resultado/receitas e despesas)	(381.677,30)	145.361,14
Relações Interfinanceiras e Interdependências	0,00	(153,86)
Operações de Crédito	(1.952.129,59)	(551.389,03)
Outros Créditos	(7.591,93)	25,62
Outros Bens e Valores	(3.818,99)	0,00
Depósitos	1.529.887,34	702.161,95
Outras Obrigações	51.975,87	(5.251,39)
Outros Ajustes	0,00	(32,15)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(222.325,85)	293.487,21
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aquisição de Investimentos	(12.981,24)	(5.630,07)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.306,85)	(1.489,94)
Aplicação no Diferido	(332,15)	(259,52)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(16.620,24)	(7.379,53)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	303.404,23	187.241,82
Aumento (Redução) de Capital	312.030,99	194.518,60
Sobras ou Perdas Acumuladas	(8.626,79)	(7.276,78)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	286.783,99	179.862,29
<u>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E DE EQUIVALENTES DE CAIXA</u>	<u>64.458,14</u>	<u>473.349,50</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	1.685.721,98	1.212.372,48
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	1.750.180,12	1.685.721,98



**COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E
MICROEMPREENDEDORES DO GRANDE ABC - SICOOB CREDIACISA
CNPJ: 07.946.216/0001-93**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E MICROEMPREENDEDORES DO GRANDE ABC – SICOOB CREDIACISA** foi constituída em 17 de novembro de 2005, é uma cooperativa, sociedade de pessoas, de responsabilidade limitada, de natureza civil, instituição financeira não bancária, sem fins lucrativos e não sujeita à falência. Rege-se pelo disposto nas Leis 5.764, de 16/12/1971 e 4.595, de 31/12/1964, 10.406 de 10/01/2002, nos atos normativos baixados pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

A COOPERATIVA tem por objeto social o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito; proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados em suas atividades específicas; a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis estão apresentadas uniformemente e refletem as operações realizadas pela Cooperativa no decorrer do exercício. Foram elaboradas em conformidade com as NBC T 6 do CFC (Conselho Federal de Contabilidade), Lei nº 5.764/71, Resoluções do Conselho Monetário Nacional e Normativo do Banco Central do Brasil aplicáveis às Cooperativas de Crédito, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com o COSIF e consoantes as seguintes diretrizes contábeis:

a) Operações de Crédito

Estão registrados pelo valor de concessão, acrescidos de juros e atualização monetária calculados “Pro Rata Die”. A Taxa cobrada para empréstimos é de 2,5% ao mês pela Tabela Price, com prazos de pagamento de 1 (hum) a 24 (vinte e quatro) meses, 5% para cheque especial e conta garantida, 10% para adiantamento a depositante e 2% para desconto em cheque.

Atendendo ao art. 3º da Resolução 2.697/00 do Conselho Monetário Nacional (CMN), informamos a composição da carteira de operações de crédito.

I – Empréstimos a Pessoas Físicas e Jurídicas

Tipo de Operação	Valor em 31/12/2009	Valor em 31/12/2008
Adiantamento a Depositantes	347,30	2.675,56
Cheque Especial	12.657,03	14.283,12
Empréstimos	2.809.289,85	781,199,77
Rendas a apropriar – Empréstimos	(197.541,13)	(42.929,65)
Conta Garantida	5.402,70	16.083,34
Cheques Descontados	278.973,56	168.805,20
Rendas a apropriar – Cheques Descontados	(15.573,28)	(5.253,05)
Subtotal	2.893.556,03	934.864,29

II – Cronograma de Vencimentos das Operações

Prazo	Valor em 31/12/2009	Valor em 31/12/2008
Vencidos a mais de 60 dias	0,00	0,00
Vencidos até 90 dias	1.957.087,56	744.425,88
Vencidos de 91 até 180 dias	501.435,11	180.438,46
Vencidos de 181 até 360 dias	0,00	0,00
Vencidos de 361 até 720 dias	416.626,33	58.182,65
Vencidos após 720 dias	0,00	0,00
Total bruto da carteira	2.875.149,00	983.046,99
(-) Rendas a apropriar	(18.407,00)	(48.182,70)
Total líquido da carteira	2.893.556,00	934.864,29

b) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

Atendendo aos normativos do Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN 2.682/99, e a política de crédito adotada, a Cooperativa classificou as operações por faixas de riscos, constituindo as provisões adequadas ao risco de cada operação.

III- Classificação pelo Risco e Provisionamento

Nível de risco	Provisão %	31/12/2009		31/12/2008	
		Valor	Provisões	Valor	Provisões
AA	-	2.597	0	-	-
A	0,5	2.772.016	13.860	694.861	3.474
B	1	23.291	233	18.003	180
C	3	95.652	2.869	20.250	607
D	10				
E	30				
F	50				
G	70				
H	100			5.155	5.155
Total		2.893.556	16.962	738.270	9.417

IV - Títulos de Dificil Liquidação

- I) Ocorreram contabilização em prejuízo no 1º semestre de 2009 no valor de R\$5.155,44.
 II) Não ocorreram operações recuperadas de prejuízos no ano de 2009

V - Concentração

- a) Os 10 maiores devedores em conjunto devem R\$ 1.107.922, representando 38,29% do total da carteira de crédito;
 b) O maior devedor deve R\$ 135.812 representando 4,69% do PR da Cooperativa

c) OUTROS CRÉDITOS – Devedores Diversos

A Composição da conta Outros Créditos está representada por:

Descrição	31/12/2009	31/12/2008
Outras Rendas a Receber	919	427
Impostos e Contribuições a Compensar	999	999
Adiantamento de Férias	4.706	
Títulos e crédito a receber sem característica de crédito	143	
Devedores Diversos	2.252	

d) INVESTIMENTOS

Estão registrados, nesta conta investimentos em coligadas, acrescidos da remuneração, conforme demonstração:

Descrição	31/12/2009	31/12/2008
Ações e Cotas Cecresp	21.608	8.627
Total Investimentos	21.608	8.627

e) IMOBILIZADOS DE USO

Descrição	Taxa anual de depreciação	31/12/2009		31/12/2008
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Sistema de Processamento De Dados	20% a.a	14.396	(6.818)	7.578
Total do Imobilizado		14.396	(6.818)	7.578
Programa de Computador	20% a.a	4.060	(2.302)	1.758
Total do Diferido		4.060	(2.302)	1.758

f) Passivo Circulante

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos/encargos e as variações monetárias/cambiais incorridas até a data do balanço. As operações que transitarem entre cooperativas e cooperado não se caracterizam como operações de mercado, não incidindo a tributação, conforme lei nº 5.764/71.

g) Depósitos e captações
I- Depósitos à Vista

Constituídos por valores aplicados na cooperativa com disponibilidade imediata para resgate:

Composição	31/12/2009	31/12/2008
Pessoas Físicas	178.937	127.475
Pessoas Jurídicas	199.296	155.264
Total	378.233	282.739

II) Depósitos a Prazo

Registrados pelo valor das aplicações, acrescidos de remuneração à taxa de conforme segue:

De 100 a 75 mil – taxa de 97% CDI
 De 75 mil a 200 mil – taxa de 98% CDI
 De 200 a 400 mil – taxa de 98,5 CDI
 Acima de 400 mil taxa de 99% CDI

Observação: Entende-se como valor para enquadramento de percentual indexador, a somatória das aplicações que o cooperado possui junto à cooperativa.

Composição	31/12/2009	31/12/2008
Depósito Aviso Prévio	383.368	416.276
Depósito a Prazo sem certificado (RDC)	2.780.725	1.1313.423
Total	3.164.093	1.729.700

h) OUTRAS OBRIGAÇÕES
I – São compostas pelas Contas:

Descrição	31/12/2009 Curto Prazo	31/12/2008 Curto Prazo
Sociais e estatutárias		
Fundo de Assist Téc Educacional e Social – FATES	16.804	9.032
Cotas de capital a pagar	6.517	5.264
Participação nos Resultados	17.378	
Fiscais e previdenciárias		
IRRF s/ aplicações financeiras	52	197
IR a recolher	0	15
Pis e Cofins s/atos Não Coop	14	10
IRRF s/Juros ao Capital	8.658	4.674
Encargos s/folha salários	5.847	
Diversos		
Diversas	7.854	6.576
Fornecedores	1.898	985
Provisão p/ pagamentos a efetuar	23.992	10.537
Cobrança e Arrec de Trib e Assemelhados	542	288

II – FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social

Registrado conforme determinação legal e estatutária, à razão de 5% das Sobras Brutas, sendo utilizado mediante benefícios aos associados e funcionários, conforme políticas internas aprovadas em assembléia.

Saldo Anterior 31/12/2008	Destinações	Utilizações	Saldo Final 31/12/2009
9.032,43	8.601,90	830,00	16.804,33

O valor utilizado de R\$ 830,00 refere-se a R\$ 480,00 exame junto a ANBID dos funcionários e R\$ 350,00 refere-se ao curso certificação de ouvidores, totalizando o montante de R\$ 830,00.

i)- CAPITAL SOCIAL

O capital social da Cooperativa encontra-se integralizado, atendendo à Lei 5.764/71, conforme quadro demonstrativo:

Data	Nº de Associados	Capital Integralizado	Capital a Realizar	Valor da Cota
31/12/2008	211	567.122	138.266	1,00
31/12/2009	401	1.023.483	188.614	1,00

j) Apuração de Resultados e Destinações

As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os Princípios de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência, e estão assim compostas:

Descrição	Valores
Sobras Líquidas do 1º Semestre 2009	91.139
Sobras Líquidas do 2º Semestre 2009	65.258
Total das Sobras do Exercício	156.397
Fates 5%	(8.601)
Fundo de Reserva Legal (30%)	(46.919)
Sobras Líquidas à Disposição da AGO	100.877

 Wilson Ambrosio da Silva
 Diretor Presidente

 Antônio José Monte
 Diretor Responsável pela Área Contábil

 Neusa Marques de Menezes
 Contador CRC 1SP147138

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE CRÉDITO MUTUO DOS MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E MICROEMPREENDEDORES DO GRANDE ABC – SICOOB CREDIACISA, pelos seus membros abaixo assinados, tendo em vista os resultados das reuniões de verificação realizadas no decorrer do exercício de 2.009 para os fins previstos no artigo 58 do Estatuto Social, e após examinar os documentos que compõem o “BALANÇO GERAL” encerrado em 31 de Dezembro de 2009, bem como da Demonstração de “SOBRAS”, constatou-se que:

As escriturações contábeis e fiscais estão em perfeita ordem;

As despesas efetuadas autorizadas pela administração encontram-se dentro das necessidades e possibilidades da cooperativa e estão devidamente documentadas;

Não tem a cooperativa qualquer questão a resolver com as autoridades do cooperativismo;

O saldo do dinheiro em caixa sempre que houve conferência foi constatado de acordo com o saldo apontado no controle de caixa e contabilidade;

Todos os compromissos com terceiros encontram-se rigorosamente em dia;

Os empréstimos foram concedidos de acordo com regras estabelecidas e aprovadas pelo conselho de administração;

Créditos a receber em atraso, estão sendo cobrados corretamente, até as vias judiciais;

As pendências apontadas nos relatórios de auditoria pelo Sicoob Central Cecresp, foram respondidas e tomadas as devidas providências para a regularização.

Várias questões de ordem administrativa foram por nós tratadas com a administração, que as explicou e a contento, tomou conforme o caso, as providências recomendadas para a sua solução.

Dado o exposto, recomendamos a aprovação do Balanço Geral e Demonstrações de Resultado de “Sobras” do exercício findo de 2.009, pela Assembléia Geral Ordinária.

Santo André, 29 de Janeiro de 2009.

GLAUCO PINHEIRO DA CRUZ
COORDENADOR CONSELHO FISCAL

MEIRE DE MATTOS CIARLEGIO
CONSELHEIRO FISCAL EFETIVO

DORIVAL PEREIRA DE SOUZA
Conselheiro Fiscal Efetivo

PARECER DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Senhores Administradores e Cotistas da COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS MICROS E PEQUENOS EMPRESARIOS E MICROEMPREENDEDORES DA GRANDE ABC – SICOOB CREDIACISA

1 – Examinamos o Balanço Patrimonial da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Micros e Pequenos Empresários e Microempreendedores da Grande ABC – Sicoob CrediAcisa, levantado em 31.12.09 e 2008 e as respectivas demonstrações de resultado (sobras e perdas), demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações do fluxo de caixa e as notas explicativas correspondente ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2 – Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicadas no Brasil e compreenderam:

- a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações contábeis, sistema contábil e de controles internos da Cooperativa;
- b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas;
- c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Cooperativa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3 – Somos de parecer que as demonstrações contábeis referidas no parágrafo “1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Micros e Pequenos Empresários e Microempreendedores da Grande ABC – Sicoob CrediAcisa, em 31.12.2009 e 31.12.2008, e o resultado de suas operações, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações do fluxo de caixa correspondente ao exercício findo naquela data estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 – As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram auditadas pela CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE S/S datado de 06 de fevereiro de 2009, sem ressalva.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2010
CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE S/S
CRC – 2SP 023880/O-7

MARCELINO VASCONCELOS BARROSO
CONTADOR – CRC 1SP 205606/O-9

PERÍODO – JULHO/09 A DEZEMBRO/09

Introdução:

MEMORANDO CONTENDO COMENTARIOS SOBRE CONTROLES INTERNOS, PROCEDIMENTOS CONTABEIS E ATENDIMENTO AS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES.

Visando atender ao disposto no artigo 21 do Regulamento anexo à Resolução 3442/07 do Banco Central do Brasil, apresentamos o Relatório de Auditoria sobre as demonstrações contábeis referente ao período de análise supracitado, realizado de 18/02/2010 à 19/02/2010.

Desenvolvimento dos trabalhos

Revisamos o sistema de controles internos nos seus aspectos contábeis, na extensão e forma necessárias para avaliá-lo, de acordo com as normas de auditoria aplicadas no Brasil, cujos aspectos abordados foram devidamente considerados no nosso parecer datado de 19 de Fevereiro 2010.

Nossos trabalhos foram realizados através de testes documentais específicos por amostragem, sobre as principais contas patrimoniais e de resultado, sendo aprofundado considerando a materialidade e relevância das mesmas, tendo como base as Demonstrações Contábeis elaboradas pela Cooperativa.

1. Controles contábeis Internos

1.1 Disponibilidades e Relações Interfinanceiras

Data Base 31/12/2009

Conta	Saldo Contábil	Gerencial
Caixa	20.579	20.579
Centralização Financeira Cecresp	1.729.601	1.729.601
Total	1.750.180	1.750.180

Os Saldos contábeis correspondem com os relatórios e extratos

1.2 Operações de Crédito

Data Base 31/12/2009

Conta	Saldo Contábil	Gerencial
Empréstimos e Títulos Descontados	3.106.670	3.106.670
(-) Rendas a Apropriar	(213.114)	(213.114)
Total	2.893.556	2.893.556

Os saldos contábeis correspondem com o relatório gerencial.

Selecionamos os 20 maiores devedores de empréstimos concedidos através do relatório gerencial onde efetuamos testes com base na política de empréstimos cujo resultado foi satisfatório.

1.3 Patrimônio Líquido

Data Base 31/12/2009

Contas	Valor
Capital Social – Quotas no País (1)	1.023.484
Cotas a Realizar	(188.615)
Reserva Legal	102.928
Sobras Acumuladas	100.877
Total Patrimônio Líquido	1.038.674

(1) Os saldos contábeis correspondem com o relatório gerencial de capital.

Atendendo a Resolução 3442/07 segue conforme demonstrativo abaixo:

a) Limites Operacionais

I) Aplicações

Descrição	Saldo em 31/12/2009	Representatividade
Patrimônio de Referência	1.025.667	
Limite Permitido 25% PR	256.417	
Aplicação Financeira Central	1.729.602	168,63% do PR
Não Excedeu (1)	1.473.185	144,63%

A cooperativa possui aplicação Financeira na Central não estando obrigada a limite máximo de 25 % numa mesma instituição.

II) Imobilização

Descrição	Saldo em 31/12/2009	Representatividade
Patrimônio Líquido	1.038.674	
Limite Permitido 50% PL	519.337	
Permanente	30.944	2,98 % do PL
Não excedeu limite	488.393	

III) Maior Devedor

Descrição	Saldo em 31/12/2009	Representatividade
Patrimônio Referência	1.025.667	
Limite Permitido 15% Filiada a Central	153.850	
Maior Devedor	135.812	13,24% do PL
Não excedeu limite	18.038	

1.4 Livros Contábeis e Fiscais

Verificamos que os livros contábil Diário referentes ao 1º semestre 2009 estão devidamente registrados pelo órgão competente datado de 01.04.2009 sob número 37609.

1.5 Atas de reuniões da Diretoria e Conselho Fiscal

Verificamos que a Cooperativa está atendendo as determinações do Estatuto Social, reunindo-se periodicamente conforme nossas constatações:

Atas do Conselho Fiscal	Dia das reuniões
Última reunião realizada	22/12/2009

Atas da Diretoria	Dia das reuniões
Última reunião realizada	16/12/2009

1.6 Normas Legais e Regulamentares

As normas legais e regulamentares foram revisadas de acordo com o planejamento do exame de auditoria.

Os serviços executados através dos exames das demonstrações contábeis no período procuraram abranger a legislação fiscal e demais instruções e normas específicas do Banco Central do Brasil, consubstanciados no MNI – Manual de Normas e Instruções e no COSIF – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 920/01, e 19 de dezembro de 2001.

Nossos testes não indicaram situações de descumprimento as normas legais e regulamentares aplicáveis às sociedades cooperativas, assim como, aspectos relevantes que merecesse, ser objeto de destaque no presente relatório.

1.7 Implantação e Implementação do Sistema de Controles Internos

De acordo com as Normas Operacionais de Instituições Financeiras do COSIF –Banco Central do Brasil, o sistema de controles interno da Cooperativa, foi concluído e cujo manual encontra-se à disposição dos auditores independentes, conforme disposto nas Normas Operacionais.

1.8 Sistema de Processamento Eletrônico de dados

Foi avaliado o grau de confiabilidade do sistema de processamento de dados, no que se refere a segurança, controle de dados de entrada, processamento e dos dados de saída, no período de janeiro/09 a dezembro/09, cujo resultado foi satisfatório.

1.9 Classificação dos Níveis de Risco e de Avaliação do Provisionamento Registrado nas Demonstrações Contábeis.

Visando o atendimento ao requerido pela Resolução nº 2.682/1999 do Banco Central do Brasil sobre a revisão dos critérios adotados pela instituição quanto à classificação das operações de crédito e constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa, da data-base de 31/12/2009, apresentamos a seguir nosso relatório decorrente da aplicação dos procedimentos estabelecidos no Comunicado Técnico Ibracon nº 04/00. Essa revisão foi efetuada substancialmente por meio da obtenção de explicações diretamente da administração

da Cooperativa, bem como da aplicação de determinados testes sobre itens selecionados segundo critério de amostragem.

Portanto, os procedimentos aplicados não representam um estudo específico para avaliar a eficiência do sistema de controle interno da Cooperativa, como um todo e não tem o propósito de expressar parecer sobre a provisão para crédito de liquidação duvidosa de forma isolada ou sobre quaisquer outras cifras ou ainda se as informações fornecidas pela Administração asseguram um efetivo controle interno da Cooperativa.

A responsabilidade pela implantação de um sistema de controle interno em face das exigências do Banco Central do Brasil é da Administração da Cooperativa. Conseqüentemente, o presente relatório se restringe às informações obtidas durante o curso dos trabalhos, cuja abrangência foi mencionada anteriormente; assim, revisões específicas e mais amplas poderão revelar outras informações.

Com base nos procedimentos acima mencionados para a data-base de 31 de dezembro de 2009, apresentamos a seguir as informações:

- A estrutura do sistema de controles internos aplicados ao sistema de classificação das operações de crédito e constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa foi baseada nos relatórios internos de empréstimos.
- Para a classificação nos níveis de risco e avaliação da respectiva posição registrada nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2009, foi realizada com base de testes seletivos considerando nos cálculos de constituição da provisão de créditos de liquidação duvidosa, os percentuais mínimos para cada nível de classificação, conforme a exigência feita pelo Banco Central do Brasil.

1.10 - Implementação de Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito

De acordo com a resolução 3.721, de 30-04-2009, as instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central deverão proceder à implementação de estrutura de gerenciamento do risco de crédito (artigo 1º).

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito deverá ser implementada até 29 de outubro de 2010, com a observância do seguinte cronograma: (artigo 13º).

- I. Até 30 de outubro de 2009: indicação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional para implementação do gerenciamento do risco de crédito;
- II. Até 30 de abril de 2010: definição da política institucional, dos processos, dos procedimentos e dos sistemas necessários à sua efetiva implementação;
- III. Até 30 de outubro de 2010: efetiva implementação da estrutura de gerenciamento de risco de crédito.

Parágrafo único: As definições mencionadas nos incisos I e II deverão ser aprovadas pela diretoria da instituição de que trata o artigo 1º e pela Diretoria, dentro dos prazos estipulados.

1.11 Outras constatações a serem verificadas pela Cooperativa

I – Controles Internos

- Descumprimento do contrato de Locação (Aluguel)

Tendo em vista existência de contrato de locação entre Crediacisa e Acisa, verificamos o não cumprimento de pagamentos das mensalidades desde Outubro de 2009.

Conforme informações do Gerente e Contadora, o pagamento foi suspenso, devido transferência de funcionários da Acisa para Cooperativa. Posteriormente será discutido o novo valor de locação pelo espaço utilidade pela cooperativa nas dependências da Associação.

Tal procedimento não consta em ATA de reunião até término de nossos trabalhos.

II – Plano de Negócios

Acompanhamento ao plano de negócios em 31/12/2009 – Meses de atividade: 21/36

Em cumprimento ao parágrafo 1º, artigo 11 da Resolução 3.442/07 da CMN – Conselho Monetário Nacional - demonstramos no quadro abaixo o plano de negócios conforme solicitação do órgão fiscalizador Banco Central, quando da abertura da cooperativa em relação às metas projetada e realizadas até Dezembro 2009.

DATA BASE: DEZEMBRO 2009	Meses de Atividades : 21/36		
	Projetado – R\$	Realizado – R\$	% Proj x Real
APLICAÇÃO DE RECURSOS			
Disponibilidade Total	1.661.232	1.750.180	105,35%
Caixa	83.062	20.579	24,78%
Saldo Cecresp / Aplic. Na Cecresp	1.578.170	1.729.602	109,60%
EMPRESTIMOS			
Total Geral de Op. De Créditos	1.640.738	2.893.556	176,36%
Adiantamento a Depositantes	41.018	347	0,85%
Empréstimos	1.033.665	2.611.749	252,67%
Cheque especial / Conta Garantia	114.852	18.060	15,72%
Titulos Descontados (Cheques)	451.203	263.400	58,38%
DEPOSITOS			
Total Geral dos Depositos	3.125.780	4.408.139	141,03%
Depositos a Vista	640.500	378.234	59,05%
Aplicação em RDC/DAP	2.135.000	3.164.093	148,20%
Capital Social	325.499	834.869	256,49%
Permanente	24.781	30.944	124,87%
RECEITAS			
Total Geral das Receitas	57.266	90.729	158,43%
DESPESAS			
Total Geral das Despesas	55.649	91.533	164,48%
Número de Cooperados	427	401	93,91%

Resumo da descrição da Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional

A estrutura completa para gerenciamento do risco operacional da cooperativa está disponível para acesso público no (a) site da Crediacisa – www.crediacisa.com.br
Manuais de Risco

A estrutura de gerenciamento do risco operacional da cooperativa está composta pelo Conselho de Administração, pela Diretoria-Executiva, pelo Agente de Controle Interno e de Risco – **ACI**, pelo Monitor de Controle Interno e de Risco e pela área de auditoria da(o) Central Cecresp.

O instrumento principal por meio do qual é avaliado o risco operacional da cooperativa é o Sistema de Verificação de Conformidade – **SVC**, integrante do Manual de Controle Interno – **MCI**.

A estrutura, o gerenciamento e a execução da política de gerenciamento do risco operacional da cooperativa estão contidos no Manual de Gerenciamento do Risco Operacional – **MRO**.

As responsabilidades de cada órgão que compõe a estrutura de gerenciamento do risco operacional da cooperativa estão demonstradas na seqüência:

Atividades	Responsabilidade				
	1	2	3	4	5
Política de gerenciamento do risco operacional					
Definição, aprovação, instituição, atualização, revisão e disseminação da política, estabelecimento de responsabilidades, análise de relatórios, atuação para correção de deficiências, comunicação eficaz.	•	•			
Provimento – ao ACI – das condições adequadas de atuação, adoção de providências para mitigar o risco relacionado com as áreas da estrutura organizacional subordinada, interação tempestiva com o ACI e o Conselho de Administração.		•			
Elaboração da proposta; proposição de revisão e execução da política; identificação, avaliação e monitoramento do risco; documentação e armazenamento de informações sobre o risco; elaboração de relatórios para o Conselho de Administração; sugestões de atualizações da política; e avaliação do cumprimento de normativos aplicáveis.			•		
Monitoramento das ações do ACI, comunicação – ao Conselho de Administração – de incorreções na execução do gerenciamento de risco operacional.				•	
Execução de testes de avaliação da política.					•

•1 – Conselho de Administração •2 – Diretoria-Executiva •3 – ACI •4 – Monitor •5 – Área de Auditoria do Central Cecresp.

Resumo da Descrição da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado

A estrutura completa para gerenciamento do risco de mercado da cooperativa está disponível para acesso público no (a) site da CrediAcisa – www.crediacisa.com.br

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado da cooperativa está composta pelo Conselho de Administração, pela Diretoria-Executiva, pelo agente de Controle Interno e de Risco, pelo monitor de Controle Interno e de Risco e pela área de auditoria da(o) Central Cecresp.

O instrumento principal por meio do qual é avaliado o risco de mercado da cooperativa é o _____ (**a ser definido**).

A estrutura, o gerenciamento e a execução da política de gerenciamento do risco de mercado da cooperativa estão contidos no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado – **MRM**.

As responsabilidades de cada órgão que compõe a estrutura de gerenciamento do risco de mercado da cooperativa estão demonstradas na seqüência:

Atividades	Responsabilidade				
	1	2	3	4	5
Política de gerenciamento do risco operacional					
Definição, aprovação, instituição, atualização, revisão e disseminação da política, estabelecimento de responsabilidades, análise de relatórios, atuação para correção de deficiências, comunicação eficaz.	•	•			
Provimento – ao ACI – das condições adequadas de atuação, adoção de providências para mitigar o risco relacionado com as áreas da estrutura organizacional subordinada, interação tempestiva com o ACI e o Conselho de Administração.		•			
Elaboração da proposta; proposição de revisão e execução da política; identificação, avaliação e monitoramento do risco; documentação e armazenamento de informações sobre o risco; elaboração de relatórios para o Conselho de Administração; sugestões de atualizações da política; e avaliação do cumprimento de normativos aplicáveis.			•		
Monitoramento das ações do ACI, comunicação – ao Conselho de Administração – de incorreções na execução do gerenciamento de risco de Mercado.				•	
Execução de testes de avaliação da política.					•

●1 – Conselho de Administração ●2 – Diretoria-Executiva ●3 – ACI ●4 – Monitor ●5 – Área de Auditoria do Central Cecresp.